

1. É competência privativa da União legislar sobre:
 - a) Procedimentos em matéria processual.
 - b) Florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
 - c) Organização judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
 - d) Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
2. Em relação ao Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:
 - a) Compete ao Conselho apenas o controle da atuação administrativa do Poder Judiciário, ficando o controle da atuação financeira com os Tribunais de Contas dos Estados.
 - b) Dentre seus membros, haverá dois advogados indicados pelo Senado Federal.
 - c) Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Supremo Tribunal Federal.
 - d) Compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
3. Em relação à ação direta de inconstitucionalidade, é correto afirmar:
 - a) Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado.
 - b) Para que se dê a chamada modulação de efeitos, o que somente ocorrerá tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, será necessário o voto da maioria simples dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - c) Poderá ser proposta por Partido Político, independentemente da existência de representação no Congresso Nacional.
 - d) Até o seu julgamento final, o autor poderá requerer a desistência do pedido, para o que não será necessária a ouvida do Ministério Público.
4. No que se refere ao processo legislativo, é correto afirmar:
 - a) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
 - b) A medida provisória que não for votada no prazo de 60 dias poderá ser prorrogada por até duas vezes e por igual prazo.
 - c) São de iniciativa privativa do Presidente da República leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
 - d) A iniciativa de lei popular poderá ser exercida pela apresentação de projeto junto ao Senado Federal.
5. Em relação à magistratura, é correto afirmar:
 - a) Será obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas em lista de merecimento, não valendo a regra no caso do juiz figurar alternadamente.
 - b) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão secreta.
 - c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á exclusivamente por antigüidade, a qual será apurada na última ou única entrância.
 - d) O ingresso na carreira será como juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica.
6. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, no que tange ao tema relacionado ao Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.
 - a) A manifestação do poder constituinte reformador verifica-se através das emendas constitucionais, entretanto, tal alteração deve obedecer alguns limites como: discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros; proibição de alteração da Constituição na eminência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio e; um núcleo de matérias intangíveis, ou seja, a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais
 - b) De acordo com o sistema jurídico brasileiro, o exercício do poder constituinte pertence ao povo.
 - c) Não é possível que o poder de reforma crie cláusulas pétreas. Apenas o poder constituinte originário pode fazê-lo.
 - d) A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão bicameral.
7. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, analise as afirmações a seguir acerca do controle de constitucionalidade brasileiro.
 - I. A arguição de descumprimento de preceito fundamental, o mandado de injunção e o recurso extraordinário, caracterizam-se como espécies do controle difuso de constitucionalidade.
 - II. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal e estadual.
 - III. O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal, o qual também pode propor ações diretas de inconstitucionalidade ou ações declaratórias de constitucionalidade.
 - IV. O Advogado Geral da União não tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal.

A alternativa que contém **todas e somente** as afirmações corretas é:

 - a) III - IV
 - b) I - II - III
 - c) II - III
 - d) I - II
8. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a única alternativa correta:
 - a) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
 - b) A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
 - c) Sempre que possível, os tributos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
 - d) A União, mediante lei ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

9. A Em relação aos Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, assim como a erradicação da pobreza, constituem, entre os outros, fundamentos da República Federativa do Brasil.
- () Podem impetrar mandado de segurança coletivo os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, assim como organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- () Os crimes de racismo e de ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, são considerados inafiançáveis e, ainda, imprescritíveis.
- () Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- a) F - F - V - V
- b) F - V - F - V
- c) V - F - V - F
- d) V - V - F - F

10. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, sobre a Organização do Estado, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- () Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito econômico.
- () Compete privativamente à União legislar sobre procedimentos em matéria processual.
- () Os documentos que organizam os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, são chamados, respectivamente, de Constituição Estadual, Lei Orgânica do Distrito Federal e Lei Orgânica Municipal.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- a) F - V - V - F
- b) F - V - F - V
- c) V - F - F - V
- d) V - F - V - V

11. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto**:

- a) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- d) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

12. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição. Ainda, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, é competência do Supremo Tribunal Federal: processar e julgar, originariamente o mandado de segurança e o "habeas-data" contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal.
- () A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados, sendo que o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.
- () A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República e de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- () As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados, sendo vedada à edição de medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- a) F - V - V - F
- b) V - V - V - V
- c) V - F - F - V
- d) V - F - V - F

13. De acordo com a o conceito, classificações, elementos e histórico das constituições, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () A classificação das constituições em constituição normativa, nominal e semântica foi formulada por Karl Loewenstein.
- () A constituição como "decisão política do titular do poder constituinte" é conceito criado por Carl Schmitt.
- () Nos Estados cuja constituição for flexível, uma lei editada com conteúdo contrário ao texto constitucional é válida e acarreta alteração no texto constitucional.
- () O artigo 3º do ADCT da CRFB/88 determinou que a revisão constitucional seria realizada após 5 anos contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- a) V - V - V - V
- b) F - V - V - F
- c) V - F - V - V
- d) V - F - F - V

14. Quanto ao fenômeno da recepção, responda. Para uma lei ser recebida pela nova constituição existem certos requisitos a serem observados. São eles (assinale **V** para as características necessárias ao fenômeno da recepção ou **F** em caso contrário).

- () Estar a lei em vigor no momento do advento da nova constituição.
- () Não ter esta lei sido declarada inconstitucional durante a sua vigência no ordenamento anterior.
- () Ter compatibilidade formal e material perante a Constituição sob cuja regência ela foi editada (registre-se, no ordenamento anterior).
- () Ter compatibilidade material com a nova Constituição.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- a) V - F - V - V
- b) F - V - V - F
- c) V - V - V - V
- d) V - F - F - V

15. De acordo com a teoria do Controle de Constitucionalidade, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () No recurso extraordinário, o recorrente poderá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.
- () O Procurador-Geral da República poderá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- () Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- () Podem propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade associação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- a) F – F – V – V
- b) F – V – F – F
- c) V – F – V – V
- d) F – F – V – F

16. Qual dos atos administrativos abaixo elencados **NÃO** contém vício:

- a) Contratação por inexigibilidade de licitação para locação de imóvel para as atividades precípua da Administração.
- b) Remoção de servidor público tendo em vista sua desídia no exercício de suas funções.
- c) Ato praticado por autoridade incompetente.
- d) Interdição de comércio, sem contraditório anterior, na hipótese de risco iminente aos consumidores.

17. Assinale a alternativa correta:

- a) A ocorrência de caso fortuito ou força maior autoriza ao contratado a requerer revisão do contrato, para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, pois estes fatores desequilibram a proposta originária.
- b) Após assinado o contrato administrativo, as cláusulas nele contidas só podem ser alteradas se houver acordo entre o contratante e o contratado.
- c) As cláusulas exorbitantes, por excepcionarem ao direito comum no que tange à igualdade entre os contratantes, não podem ser aplicadas nos contratos administrativos.
- d) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do contrato.

18. Assinale a alternativa correta:

- a) A licitação “fracassada” é aquela onde não comparecem interessados.
- b) O princípio da vinculação ao instrumento convocatório significa que tanto a Administração como os licitantes devem impulsionar a licitação com máxima celeridade.
- c) O objetivo da licitação é selecionar as melhores propostas para a administração pública, assim o resultado da licitação não vincula o administrador que pode, justificadamente, recusar a proposta mais vantajosa e eleger outra.
- d) Em regra, os membros das comissões de licitação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão.

19. Em caso de declaração de desnecessidade de cargo público, é correto afirmar que o servidor que o ocupava:

- a) Ficará em disponibilidade, quer tenha ou não adquirido a estabilidade.
- b) Será exonerado.
- c) Não é possível ao administrador declarar a desnecessidade de cargo público criado por lei.
- d) Se tiver adquirido a estabilidade, ficará em disponibilidade com remuneração proporcional.

20. Assinale a alternativa correta:

- a) No Brasil adota-se responsabilidade objetiva, fundada no risco administrativo, não sendo possível ao Estado buscar o ressarcimento perante o agente causador do dano.
- b) Para o Estado ser responsabilizado, é indispensável se demonstrar que o dano foi resultante de dolo ou a culpa do agente público.
- c) Em face de prejuízos causados aos particulares, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos se submetem às mesmas regras de responsabilidade civil aplicável aos entes públicos.
- d) Os danos causados pelos atos legislativos não comportam indenização, visto que o Poder Legislativo é soberano por representar o povo.

21. Em relação à vigência dos contratos administrativos, podemos afirmar que sua duração, em regra, está adstrita a:

- a) No máximo um ano de duração.
- b) Vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- c) Duração de até 60 meses, admitida, excepcionalmente, mais 24 (vinte e quatro) meses.
- d) Duração nos moldes predefinidos no ato convocatório da licitação.

22. Considere as seguintes assertivas:

- I. O ato administrativo vinculado pode ser revogado pela Administração Pública, com eficácia *ex nunc*.
- II. A revogação de um ato administrativo pelo Poder Judiciário pode ocorrer apenas em razão de ilegalidade do objeto.
- III. O ato administrativo praticado com desvio de finalidade deve ser anulado pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, com efeitos *ex tunc*, ou seja, desfazendo todas as relações jurídicas e todos os efeitos que dele se originaram.

Em atenção à teoria da invalidação dos atos administrativos, estão corretas:

- a) Apenas as assertivas I e II.
- b) Todas as assertivas.
- c) Apenas a assertiva I.
- d) Apenas a assertiva III.

23. Considere as seguintes assertivas:

- I. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de dação em pagamento, somente poderão ser alienados com adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência.
- II. A alienação de bens imóveis da Administração Pública dependerá de autorização legislativa, avaliação prévia e de licitação, na modalidade de concorrência, dispensada, entre outros casos, na hipótese de investidora.
- III. Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.

De acordo com a Lei Federal n. 8.666/93, estão corretas:

- a) Todas as assertivas.
- b) Apenas as assertivas I e III.
- c) Apenas as assertivas II e III.
- d) Apenas a assertiva II.

24. Assinale a alternativa correta, conforme a disciplina dos contratos administrativos estabelecida na Lei Federal n. 8.666/93:

- a) Os contratos administrativos podem ser fixados com prazo de vigência indeterminado.
- b) Caberá à Administração Pública definir a modalidade de garantia que será prestada pelo contratado, a fim de assegurar a plena execução do contrato administrativo.
- c) A execução do contrato administrativo deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- d) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato administrativo.

25. Considere as seguintes assertivas:

- I. A descentralização administrativa por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica própria e a ela transfere, por lei, a titularidade e a execução de determinado serviço público ou de utilidade pública.
- II. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- III. As sociedades de economia mista e as empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público e são criadas a partir de autorização de lei específica.

Estão corretas:

- a) Apenas as assertivas I e III.
- b) Apenas as assertivas I e II.
- c) Apenas as assertivas II e III.
- d) Apenas a assertiva I.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) Os órgãos da Justiça Eleitoral têm competência para responder a consultas, formuladas em tese, por partidos ou coligações.
- b) A competência para julgar recurso contra a diplomação é do juiz eleitoral, nas eleições municipais; do Tribunal Regional Eleitoral nas eleições estaduais e federais; e do Tribunal Superior Eleitoral nas eleições presidenciais.
- c) A competência para julgamento dos crimes eleitorais cometidos no exercício da atividade eleitoral por Juizes Eleitorais é do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) Os membros das Juntas Eleitorais são escolhidos pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral e nomeados pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

27. Assinale a alternativa correta:

- a) O julgamento das contas dos candidatos deve acontecer até a véspera da diplomação.
- b) Por constituírem, as causas de inelegibilidade, matéria de ordem pública, são legitimados à propositura da ação de impugnação de registro de candidatura qualquer eleitor, os partidos e o Ministério Público.
- c) A captação ilícita de recursos de campanha pode sujeitar o candidato beneficiário à negativa ou cassação do diploma, se já outorgado.
- d) A não prestação de contas de campanha constitui causa de inelegibilidade.

28. Assinale a alternativa correta:

- a) A ação de impugnação de mandato eletivo por captação ilícita de sufrágio sujeita o réu à cassação do diploma e multa.
- b) Em recurso contra a diplomação não há necessidade de citação do candidato eleito como vice, que mantém relação jurídica subordinada à do candidato eleito como titular do cargo.
- c) A escolha de candidatos deve se dar, a qualquer tempo, por convenção partidária, ainda que suplementar, na hipótese de substituição de candidatura.
- d) A ação de impugnação de mandato eletivo corre em segredo de justiça, mas a sessão de julgamento nos Tribunais Eleitorais é pública.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) A competência para julgamento dos prefeitos municipais por crimes eleitorais é do Tribunal de Justiça do respectivo estado, por expressa disposição constitucional.
- b) Sendo omissa o próprio tipo, de crimes previstos no Código Eleitoral, presume-se que a pena mínima de detenção é de quinze dias e a de reclusão é de um ano.
- c) É de cinco dias o prazo do recurso contra sentença condenatória ou absolutória, em feitos por crimes eleitorais.
- d) Os crimes de calúnia, injúria e difamação na propaganda eleitoral são de ação pública condicionada a representação.

30. Assinale a alternativa correta:

- a) Dada a ausência de efeito suspensivo dos recursos em Direito Eleitoral, a condenação por improbidade administrativa em relação à qual esteja pendente apenas recurso especial ou extraordinário constitui causa de inelegibilidade.
- b) A desincompatibilização, cujas hipóteses devem estar previstas em lei e não por mera Resolução, é desnecessária aos candidatos que ocupam a chefia do Poder Executivo.
- c) O vice-prefeito que tenha sido reeleito para o mesmo cargo e que em ambos os mandatos substituiu o prefeito não pode concorrer ao cargo de prefeito para o mandato imediatamente seguinte, independentemente do período em que ocorreu a substituição.
- d) Parecer do Tribunal de Contas Estadual pela desaprovação de contas anuais de prefeito municipal não implica em inelegibilidade, que somente ocorrerá se a Câmara de Vereadores respectiva rejeitar as contas.

31. Assinale a alternativa correta:

- a) Não autoriza a perda de mandato a desfiliação de parlamentar de partido político pelo qual se elegeu, desde que se transfira para outro partido que disputou o pleito coligado com seu partido original.
- b) Nas situações em que o parlamentar se desfiliou do partido sob cuja legenda foi eleito em data anterior a 27 de março de 2007, a agremiação não detém legitimidade para requerer a perda do cargo em decorrência de outras desfiliações consumadas após a mencionada data.
- c) Diretório municipal de partido político não é legitimado a pedir a perda de mandato eletivo por desfiliação partidária, uma vez que não é legalmente autorizado a postular perante Tribunais Eleitorais.
- d) A permissão para se desfiliar de partido político em caso de incorporação, levando o parlamentar o mandato, só se justifica quando ele pertencer ao partido político incorporador, e não ao incorporado.

32. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) A dissolução da sociedade conjugal no curso do mandato não afasta a inelegibilidade.
 - b) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data do registro da candidatura.
 - c) São condições de elegibilidade a nacionalidade brasileira, a filiação partidária há mais de ano do pleito e o alistamento eleitoral.
 - d) Os magistrados, os membros dos tribunais de contas e os do Ministério Público devem filiar-se a partido político e afastar-se definitivamente de suas funções para se candidatarem a cargo eletivo. Todavia, estão dispensados de cumprir o prazo de filiação partidária de, no mínimo, um ano, devendo satisfazer tal condição de elegibilidade até seis meses antes do pleito para o cargo de vereador e até quatro meses antes do pleito para o cargo de prefeito.
33. Acerca do processamento dos pedidos de direito de resposta é correto afirmar:
- a) Quando a ofensa for proferida em programação normal das emissoras de rádio e de televisão, o pedido, com a transcrição do trecho considerado ofensivo ou inverídico, deverá ser feito no prazo de setenta e duas horas, contado a partir da veiculação do ataque.
 - b) Os pedidos de resposta formulados por terceiro, em relação ao que foi manifestado no horário eleitoral gratuito, serão examinados pela Justiça Comum.
 - c) Quando a ofensa for veiculada em órgão da imprensa escrita, o pedido deverá ser feito no prazo de três dias, a contar da data constante da edição do periódico.
 - d) Quando a ofensa ocorrer no horário eleitoral gratuito, o pedido deverá ser feito no prazo de 24 horas, contado a partir da veiculação.
34. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Não poderão ser nomeados para compor as mesas receptoras de votos os eleitores menores de dezoito anos.
 - b) A cada seção eleitoral corresponde uma mesa receptora de votos, salvo na hipótese de agregação.
 - c) Os componentes das mesas receptoras de votos serão nomeados, exclusivamente, entre os eleitores da própria seção eleitoral e terão preferência, entre estes, os diplomados em escola superior, os professores e os serventuários da Justiça.
 - d) Na mesma mesa receptora de votos, é vedada a participação de parentes em qualquer grau ou de servidores da mesma repartição pública ou empresa privada, salvo se de dependências diversas do mesmo ministério, secretaria de estado, secretaria de município, autarquia ou fundação pública de qualquer ente federativo.
35. No concernente às pesquisas eleitorais, é **ERRADO** dizer:
- a) A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção e multa, sendo responsabilizados penalmente os representantes legais da empresa ou entidade de pesquisa e do órgão veiculador.
 - b) O Ministério Público Eleitoral, os candidatos e os partidos políticos ou coligações estão legitimados para impugnar o registro e/ou divulgação de pesquisas eleitorais perante o juízo competente, quando não atendidas as exigências legais.
 - c) As pesquisas realizadas na véspera e aquelas realizadas na data das eleições somente podem ser divulgadas a partir das dezessete horas (horário local) do dia do pleito, isso nos municípios em que a votação já estiver encerrada.
 - d) As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a efetuar o seu registro no juízo eleitoral ao qual compete fazer o registro dos candidatos, com no mínimo cinco dias de antecedência da divulgação.
36. Assinale a proposição correta, em se considerando o atual Código Civil:
- a) A contagem dos prazos, segundo o que estabelece o Código Civil, observa o disposto no Código de Processo Civil, a razão de se afirmar que o dia do começo é incluído, enquanto que o do vencimento é excluído.
 - b) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
 - c) Nos contratos, a contagem do prazo leva em conta exclusivamente os interesses do credor.
 - d) Nos testamentos, a contagem do prazo leva em conta exclusivamente os interesses do testador.
37. Assinale a proposição correta:
- a) O Código de Defesa do Consumidor não prevê hipótese de indenização sem a demonstração de culpa.
 - b) Na responsabilidade civil objetiva, o causador do dano fica isento do dever jurídico de indenizar se ficar comprovado o caso fortuito, a força maior, o fato exclusivo da vítima ou de terceiro.
 - c) O atual Código Civil sempre exige a demonstração de um comportamento culposo para o efeito de apuração da responsabilidade civil.
 - d) Na responsabilidade civil subjetiva, o causador do dano somente fica isento do dever jurídico de indenizar se ficar comprovada a ausência de comportamento doloso.
38. Assinale a proposição correta, em se considerando o atual Código Civil:
- a) Qualquer que seja o valor do imóvel, a escritura pública é essencial à validade do contrato de compra e venda.
 - b) Nos contratos unilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
 - c) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato ou o seu cumprimento; mas apenas na primeira hipótese será possível cumular o pedido com o de indenização por perdas e danos.
 - d) Nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça.
39. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) É anulável o negócio jurídico em razão da incapacidade relativa do agente, bem como por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
 - b) Não corre prescrição entre os cônjuges, durante a sociedade conjugal.
 - c) Ainda que não seja válido o negócio jurídico simulado, é possível que subsista o que se dissimulou, se válido na substância e na forma.
 - d) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
40. Assinale a alternativa correta:
- a) Caso haja ofensa ou ameaça de ofensa aos direitos da personalidade de pessoa falecida, a legitimidade para requerer medidas judiciais pertence ao espólio.
 - b) É possível o ato de disposição do corpo após a morte, no todo ou em parte, para qualquer finalidade.
 - c) Toda pessoa tem direito ao nome, compreendidos o prenome e o sobrenome, e o pseudônimo utilizado para atividades lícitas.
 - d) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, somente podendo sofrer limitações ao seu exercício por vontade do titular ou pela lei.

41. Assinale a alternativa correta:

- a) A doação de ascendentes a descendentes importa no adiantamento do que lhes cabe por herança, ainda que o doador expressamente designe sair de sua parte disponível.
- b) A doação, por ser ato de transferência de bens ou vantagens de uma pessoa a outra, por liberalidade, independe de aceitação do donatário.
- c) É possível a revogação da doação quando o donatário atentar contra a vida do irmão do doador.
- d) Não é lícita a compra e venda entre cônjuges, ainda que em relação aos bens excluídos da comunhão.

42. Assinale a alternativa correta:

- a) O não uso, ou fruição, da coisa sobre a qual recai o usufruto, é uma das causas de extinção do usufruto.
- b) Os pais possuem o usufruto legal dos bens dos filhos menores, desde que devidamente conferido através de decisão judicial ou por vontade das partes.
- c) O titular do direito real de habitação sobre imóvel alheio pode usá-lo com sua família, lhe sendo permitido inclusive alugá-lo ou emprestá-lo.
- d) O bem gravado com cláusula de usufruto não pode ser alienado pelo proprietário enquanto não se extinguir o direito do usufrutuário.

43. Assinale a alternativa correta:

- a) No regime de comunhão parcial de bens, não se comunicam os bens recebidos por um dos cônjuges a título de herança, nem os frutos percebidos destes bens.
- b) Não há necessidade de autorização do cônjuge para alienação de bens imóveis, desde que particulares, no regime de comunhão parcial de bens.
- c) É possível a alteração do regime de bens do casamento mediante elaboração de nova escritura, independente de intervenção judicial, desde que haja consenso entre os cônjuges.
- d) No regime de comunhão universal de bens, em regra, comunicam-se os bens havidos antes do casamento; não se comunicam, porém, as dívidas anteriores.

44. Assinale a alternativa correta:

- a) A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos.
- b) A alteração não autorizada ou descumprimento imotivado de cláusula de guarda, unilateral ou compartilhada, não poderá implicar a redução de prerrogativas atribuídas ao seu detentor, inclusive quanto ao número de horas de convivência com o filho.
- c) A guarda unilateral é aquela em que o poder familiar pertence a um só dos genitores ou alguém que o substitua.
- d) A guarda compartilhada somente poderá ser deferida se requerida por consenso pelo pai e pela mãe.

45. Assinale a alternativa correta:

- a) Concorrendo à herança do falecido, filhos bilaterais com filhos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.
- b) Em regra, os filhos não podem suceder representando herdeiro renunciante.
- c) O cônjuge sobrevivente ao concorrer com ascendentes, se casado com o autor da herança sob o regime de comunhão universal, não é herdeiro.
- d) O direito de representação se dá na linha descendente e ascendente, e na linha colateral somente para filhos de irmãos.

46. Indique a alternativa correta:

- a) Na expropriação por alienação particular de bens penhorados, a publicidade da oferta pode se dar pelo rádio ou mesmo por página na internet, dentre outros meios idôneos.
- b) Não há honorários advocatícios de sucumbência na atual execução civil fundada em títulos executivos extrajudiciais.
- c) Se o devedor, na expropriação por hasta pública, tiver procurador constituído nos autos, poderá ser intimado do local e da data da praça ou leilão, através de aviso de recebimento ou outro meio idôneo.
- d) Na execução por título extrajudicial, a atual fase de expropriação dos bens penhorados se inicia, necessariamente, pela publicação de editais para hasta pública.

47. Indique a alternativa correta:

- a) Atualmente, o prazo para embargar a execução por título extrajudicial é contado da data da juntada do mandado de citação referente ao último dos devedores.
- b) Na atual sistemática processual civil, há situações em que é possível expropriar determinados bens sem que estes sejam avaliados.
- c) Rafael possui 10 (dez) anos de idade. A comarca em que Rafael pode propor ações é a do domicílio de seus representantes legais.
- d) Em caso de acidente automobilístico ocorrido em Joinville, SC, entre um Paranaense domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, RJ e um Gaúcho domiciliado em Curitiba, PR, caso o Paranaense proponha ação condenatória de ressarcimento pelas respectivas perdas e danos, poderá o autor escolher entre os foros do Rio de Janeiro, RJ e Curitiba, PR.

48. Indique a alternativa correta:

- a) Em sendo necessária, a integração da capacidade processual é pressuposto de validade do processo, muito embora se trate de matéria de ordem privada.
- b) A citação por hora certa é uma espécie de citação ficta, ainda que seja realizada através da participação de oficial de justiça.
- c) No cumprimento da sentença, os honorários de advogado são fixados entre 10% e 20% do valor da condenação.
- d) No procedimento comum ordinário, tanto a petição inicial quanto a contestação delimitam pretensões.

49. Indique a alternativa **INCORRETA**:

- a) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, dada a imperfeição da estrutura formal arquitetada pelo atual Código de Processo Civil, o princípio da fungibilidade é aplicável ao sistema jurídico brasileiro, especialmente na seara recursal.
- b) A ação de *querrela nulitatis insanabilis* ataca, indiretamente, a coisa julgada.
- c) O recurso de apelação possui, em regra, tanto o efeito devolutivo quanto o efeito suspensivo, podendo, ainda, possuir os efeitos regressivo, translativo e extensivo.
- d) A ação rescisória possui natureza exclusivamente constitutiva.

50. Em relação ao procedimento previsto na Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, é correto afirmar que:

- a) Admite o processamento de causas cíveis de menor complexidade, assim entendidas aquelas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.
- b) Admite o processamento de todas as demandas executórias até o limite de valor estabelecido na referida lei, ainda que não se trate dos julgados prolatados sob a sua égide.
- c) A assistência por advogado é obrigatória apenas nas causas de valor superior a vinte salários mínimo; caso se trate de valor inferior, será facultativa.
- d) O recurso respectivo, regra geral, terá efeito devolutivo e suspensivo.

51. Acerca das nulidades processuais, assinale a alternativa correta:
- Com base no princípio da instrumentalidade das formas, sempre que a lei prescrever determinada forma, porém não cominar nulidade, o ato será considerado válido se alcançar a finalidade respectiva, mesmo que seja realizado de outro modo.
 - Embora não se opere a preclusão, a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de responder pelas custas de retardamento.
 - Uma vez anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes. Identicamente, a nulidade de uma parte do ato prejudicará as demais, ainda que sejam independentes, porquanto operada a contaminação presumida.
 - A ausência de manifestação do Ministério Público, quando intimado em feito onde deva intervir, configura nulidade passível de reconhecimento de ofício.
52. Com relação às provas, assinale a alternativa correta:
- O juiz pode determinar o comparecimento da parte para prestar depoimento pessoal, sob pena de configurar crime de desobediência.
 - O incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo ou grau de jurisdição, incumbindo à parte, contra quem foi produzido o documento, suscitá-lo no prazo de 05(cinco) dias, caso em que será suspenso o processo principal. Suscitado depois de tal prazo, não mais acarretará a suspensão.
 - O interrogatório das partes, equiparado ao depoimento pessoal, constitui meio de prova destinado a provocar a confissão do adversário, daí porque não pode ser determinado de ofício, mas somente mediante requerimento da parte interessada.
 - Caso o juiz não estabeleça o prazo para o depósito em cartório do rol de testemunhas, este deverá ser depositado até dez dias antes da audiência. Tal prazo, que é regressivo, observará a regra prevista no art. 184, excluindo, portanto, o dia do começo.
53. João da Silva ajuizou Ação de Cobrança contra Manoel de Souza, tendo este sido condenado ao pagamento da importância de R\$2.000,00 (dois mil reais), devidamente atualizada. Operado o trânsito em julgado, o credor João da Silva noticiou nos autos o inadimplemento daquela obrigação, tendo juntado cálculo atualizado do débito. Em tal contexto, qual providência incumbe ao juiz tomar:
- Determinar, de imediato, a expedição de mandado de penhora e avaliação visando a constrição de tantos bens quantos forem necessários para garantir a execução.
 - Citar o executado para efetuar o pagamento do débito no prazo de 15(quinze) dias.
 - Intimar o executado, na pessoa do respectivo advogado, para que pague o débito no prazo de 03(três) dias, sob pena de serem penhorados bens visando a garantia do juízo.
 - Citar o executado, pessoalmente, para que efetue o pagamento do débito no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de incidência de multa na base de 10% (dez por cento), nos termos do art. 475-J do Código de Processo Civil.
54. No tocante à antecipação da tutela, é correto afirmar que:
- A apelação interposta da sentença que confirma a decisão antecipatória será recebida apenas no efeito devolutivo.
 - Exige-se, para a sua concessão, o atendimento *cumulativo* de dois pressupostos genéricos: prova inequívoca e verossimilhança da alegação, e, ainda, também cumulativamente, a satisfação dos dois requisitos previstos nos incisos I (fundado receio de dano irreparável ou de difícil cumulação) e II (caracterização do abuso de direito de defesa ou demonstração do manifesto propósito protelatório do réu).
 - A tutela antecipada não pode ser concedida, nem excepcionalmente, sem a ouvida da parte contrária, em respeito ao princípio do contraditório, sob pena de nulidade.
 - Uma vez concedida, a tutela antecipada não poderá ser alterada de ofício, mas tão-somente por decisão recursal.
55. Sobre a sentença, é correto afirmar:
- Depois de ajuizada a demanda, não poderão ser considerados novos fatos constitutivos, modificativos ou extintivos do direito, sob pena de desestabilizar a relação processual já instaurada.
 - Por força do princípio da congruência, exige-se do juiz, ao sentenciar, a correlação entre o que foi pedido pelo autor e o conteúdo da sentença, sob pena de nulidade. É o autor, portanto, que fixa os limites da sentença. O réu, todavia, excepcionalmente, poderá ampliar tais limites.
 - Ainda que o autor tenha formulado pedido certo e determinado, poderá o juiz proferir sentença ilíquida quando os elementos dos autos não lhe permitirem precisar o valor devido.
 - São requisitos essenciais: o relatório, os fundamentos e o dispositivo, os quais, todavia, não são exigidos cumulativamente em caso de sentença meramente terminativa.
56. Assinale a alternativa correta. De acordo com Código de Defesa do Consumidor, na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer:
- Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu. Neste caso o juiz poderá impor multa diária ao réu somente se requerido pelo autor.
 - O juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, porém a conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor.
 - Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão ou remoção de coisas e pessoas, somente se houver pedido do autor.
 - O juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

57. Sobre a Recuperação Extrajudicial (Lei 11.101/2005) é correto afirmar, **EXCETO**:
- O devedor poderá, também, requerer a homologação de plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de 3/5 (três quintos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - O plano não poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas nem tratamento desfavorável aos credores que a ele não estejam sujeitos.
 - O pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarretará suspensão de direitos, ações ou execuções, e a possibilidade do pedido de decretação de falência pelos credores não sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial.
 - O devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial, se estiver pendente pedido de recuperação judicial ou se houver obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de 2 (dois) anos.
58. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei. 6.404/76):
- Se sobrevier a falência da sociedade, os acionistas dissidentes, credores pelo reembolso de suas ações, serão classificados como credores com privilégio geral em quadro separado, e os rateios que lhes couberem serão imputados no pagamento dos créditos constituídos anteriormente à data da publicação da ata da assembléia. As quantias assim atribuídas aos créditos mais antigos não se deduzirão dos créditos dos ex-acionistas, que subsistirão integralmente para serem satisfeitos pelos bens da massa, depois de pagos os primeiros.
 - Em caso de acionista remisso, verificada a mora, a companhia deverá promover contra o acionista, e os que com ele forem solidariamente responsáveis, processo de execução para cobrar as importâncias devidas, servindo o boletim de subscrição e o aviso de chamada como título extrajudicial nos termos do Código de Processo Civil.
 - O estatuto da companhia com ações preferenciais declarará as vantagens ou preferências atribuídas a cada classe dessas ações e as restrições a que ficarão sujeitas, e poderá prever o resgate ou a amortização, a conversão de ações de uma classe em ações de outra e em ações ordinárias, e destas em preferenciais, fixando as respectivas condições.
 - A companhia aberta pode, mediante comunicação às bolsas de valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncio, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de 120 (cento e vinte) dias durante o ano, os serviços de transferência, conversão e desdobramento de certificados.
59. Sobre comissão, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar:
- Somente autorizado expressamente, o comissário poderá conceder dilação do prazo para pagamento, na conformidade dos usos do lugar onde se realizar o negócio.
 - O comissário fica diretamente obrigado para com as pessoas com quem contratar, sem que estas tenham ação contra o comitente, nem este contra elas, salvo se o comissário ceder seus direitos a qualquer das partes.
 - No caso de morte do comissário, ou, quando, por motivo de força maior, não puder concluir o negócio, não será devida pelo comitente a remuneração pelos trabalhos realizados.
 - Se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere*, responderá o comissário subsidiariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido.
60. De acordo com a Lei da Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996), é **INCORRETO** afirmar:
- O titular do registro de patente está sujeito ao pagamento de retribuição quinzenal, a partir do segundo quinquênio da data do depósito.
 - Ao titular da patente é assegurado o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.
 - A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 10 (dez) anos contados da data de depósito.
 - Nas patentes, a reivindicação de prioridade será comprovada por documento hábil da origem, contendo número, data, título, relatório descritivo e, se for o caso, reivindicações e desenhos, acompanhado de tradução simples da certidão de depósito ou documento equivalente, contendo dados identificadores do pedido, cujo teor será de inteira responsabilidade do depositante.
61. De acordo com a Lei de Protesto de títulos e outros documentos (Lei 9.492/1997), é **INCORRETO** afirmar:
- Revogada a ordem de sustação do protesto, não há necessidade de se proceder a nova intimação do devedor, sendo a lavratura e o registro do protesto efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação, salvo se a materialização do ato depender de consulta a ser formulada ao apresentante, caso em que o mesmo prazo será contado da data da resposta dada.
 - Tratando-se de cheque, deverá o protesto ser lavrado no lugar do pagamento, devendo do referido cheque constar a prova de apresentação ao Banco sacado, salvo se o protesto tenha por fim instruir medidas pleiteadas contra o estabelecimento de crédito.
 - Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das Duplicatas Mercantis e de Prestação de Serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos Tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas.
 - O protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida. Na contagem do prazo referido exclui-se o dia da protocolização e inclui-se o do vencimento, considera-se não útil o dia em que não houver expediente bancário para o público ou aquele em que este não obedecer ao horário normal.
62. Assinale a alternativa **INCORRETA**, de acordo com a Lei de Falências (Lei 11.101/2005):
- É ineficaz em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores, o pagamento de dívidas não vencidas realizado pelo devedor dentro do termo legal, por qualquer meio extintivo do direito de crédito, ainda que pelo desconto do próprio título.
 - Da decisão que decreta a falência cabe agravo, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação.
 - São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida. A ação revocatória (tratada nesta alternativa de resposta) deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 3 (três) anos contado da decretação da falência.
 - A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações: fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 60 (sessenta) dias contados do pedido de falência, do pedido de recuperação judicial ou do 1º (primeiro) protesto por falta de pagamento, excluindo-se, para esta finalidade, os protestos que tenham sido cancelados.

63. A sociedade limitada é regida pelo livro II, subtítulo II, capítulo IV, do Código Civil de 2002. De acordo com o que dispõe a referida legislação, analise as afirmativas abaixo e assinale a(s) alternativa(s) correta(s):

- I. A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social não integralizado.
- II. As deliberações dos sócios são tomadas pela decisão da maioria absoluta do capital social.
- III. O contrato social poderá prever a designação de administrador não sócio.
- IV. O sócio poderá contribuir para formação do capital social com bens, dinheiro ou serviços.

Com relação às assertivas acima é correto afirmar que:

- a) Apenas a assertiva II está incorreta.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) As assertivas II e III estão incorretas.
- d) Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.

64. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta de acordo com o disposto na Lei 11.101/2005 (lei de falências e recuperação de empresas):

- I. O sócio, na forma da lei ou do ato constitutivo, poderá pedir a falência da própria sociedade.
- II. Da sentença que decreta a falência cabe recurso de apelação.
- III. A venda dos ativos na falência só poderá se realizar após a consolidação do Quadro Geral de Credores.
- IV. A ineficácia dos atos do falido poderá ser declarada de ofício pelo juiz.

Com relação às assertivas acima é correto afirmar que:

- a) Apenas a assertiva IV está incorreta.
- b) Apenas a assertiva I está incorreta.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.

65. De acordo com a legislação vigente acerca dos títulos de crédito, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Os títulos de crédito típicos (letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata e outros) passaram a ser regidos primordialmente pelo código civil de 2002, aplicando-se-lhes as legislações especiais de forma supletiva.
- b) Não cabe a estipulação de juros no cheque.
- c) O portador de cheque emitido sem provisão de fundos poderá exigir juros de mora desde a apresentação do título ao sacado.
- d) A duplicata mercantil não devolvida pelo sacado pode ser protestada por simples indicação do portador.

66. Acerca de crimes contra a administração pública, assinale a única alternativa correta:

- a) O policial que, em razão de sua função, solicita para si, do indiciado em inquérito, o pagamento de certa quantia indevida, comete o crime de concussão; e o que exige a vantagem indevida pratica o delito de corrupção passiva.
- b) Equiparam-se a funcionário público, como sujeito ativo de crime contra a administração pública, o leiloeiro oficial, o juiz leigo e o conciliador quando estiverem a serviço do juízo. Não é considerado funcionário, para tal efeito, o síndico de falência.
- c) Enquanto no delito de condescendência criminosa o funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de seu ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, no crime de prevaricação o funcionário, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.
- d) Comete crime de peculato-estelionato, também chamado de peculato impróprio, o funcionário público que insere dados falsos em sistema de informações, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano à administração.

67. Analise as seguintes assertivas baseadas na legislação penal extravagante atualmente vigente e no Código Penal, para depois responder:

- I. O agente que traz consigo, na cintura, um revólver calibre 38 e, no porta-luvas de seu carro, outro de calibre 32, responde, em concurso formal, por dois crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido previsto no Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826, de 22.12.2003).
- II. É sujeito passivo de crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 1º.10.2003) quem tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, considerado idoso para tal efeito.
- III. É causa especial de aumento da pena do crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor, a que se refere o art. 302, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503, de 23.09.1997), o fato de o agente estar sob a influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos.
- IV. O dono de um hotel que manda uma menina de 12 (doze) anos completos tirar toda a roupa para exibirse a ele e aos hóspedes pratica o crime de submissão à prostituição ou à exploração sexual previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13.07.1990).

Agora assinale a única alternativa verdadeira:

- a) Todas as assertivas são corretas.
- b) Somente as assertivas II, III e IV são incorretas.
- c) Somente as assertivas II e IV são corretas.
- d) Somente as assertivas I e III são corretas.

68. Assinale a única alternativa totalmente correta:

- a) O condenado a uma pena privativa de liberdade superior a quatro anos, por crime culposo, não poderá obter substituição por penas restritivas de direito.
- b) O Código Penal autoriza a concessão de "sursis" etário ao condenado com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, condenado a uma pena não superior a quatro (4) anos, mesmo por crime doloso praticado com violência contra a pessoa ou grave ameaça.
- c) Deve ser inicialmente fechado o regime de cumprimento da pena de reclusão, qualquer que seja a quantidade, aplicada a acusado reincidente.
- d) Cabe estabelecer regime inicialmente fechado, para o cumprimento da pena privativa de liberdade, para condenados por crime hediondo, bem como para aqueles que receberem pena superior a oito (8) anos, reincidentes ou não.

69. Analise as assertivas adiante, sobre a Lei dos Crimes de Droga (Lei n. 11.343, de 23.08.2006) e a Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9.605, de 12.02.1998), para depois responder:

- I. Ao condenado por crime de tráfico ilícito de droga definido no art. 33, "caput", da Lei n. 11.343/2006, que tiver direito à diminuição máxima autorizada pelo respectivo parágrafo 4º, será aplicada a pena de um (1) ano e oito (8) meses de reclusão, além da multa também diminuída.
- II. Segundo a Lei n. 11.343/2006, o crime de tráfico ilícito de droga é inafiançável, porém, suscetível de liberdade provisória, sendo permitida a substituição da pena privativa de liberdade não superior a quatro (4) anos por penas restritivas de direito.
- III. A Lei dos Crimes Ambientais (n. 9.605/98), com apoio na Constituição Federal de 1988, prevê a responsabilização penal da pessoa jurídica pela prática de crime ambiental, podendo ser aplicadas a ela penas restritivas de direito.
- IV. Consoante a Lei n. 9.605/68, maltratar um animal doméstico é crime ambiental.

Agora assinale a única alternativa verdadeira:

- a) Somente as assertivas II e III são corretas.
- b) Todas as assertivas são corretas.
- c) Somente as assertivas I, III e IV são corretas.
- d) Somente a assertiva II é correta.

70. Assinale a única alternativa correta:

- a) A patroa que ameaça sua empregada doméstica e a mulher que agride e lesiona a companheira com quem convive em relação homoafetiva se sujeitam às normas repressivas contidas na Lei n. 11.340, de 07.08.2006, denominada “Lei Maria da Penha”.
- b) Ao sujeito ativo de crime de estupro que era casado na data do fato deve ser aplicada a causa de aumento de pena de um quarto prevista na redação atual do Código Penal.
- c) O agente que, com uma arma de brinquedo parecida com uma pistola calibre 7.65, ameaça a vítima e dela subtrai expressiva quantia em dinheiro, não responde por crime de roubo e sim por furto.
- d) O crime de assédio sexual não está previsto no Código Penal, o qual, no entanto, prevê os delitos de sedução e raptio.

71. É certo afirmar:

- I. Devido à ultratividade da lei excepcional ou temporária, sobre ela não se aplica o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.
- II. A desistência faz desaparecer a tentativa perfeita, assim como o arrependimento ativo faz desaparecer a tentativa imperfeita.
- III. As discriminadoras putativas são modalidades específicas de erro de tipo e, assim, excluem sempre a tipicidade da conduta.
- IV. A concepção normativa da culpabilidade – culpabilidade como reprovabilidade – implica em um juízo de aprovação ou desaprovação que recai sobre a conduta penalmente injusta (típica e antijurídica).

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

72. É certo afirmar:

- I. A pena de prisão simples deve ser cumprida, sem rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, em regime semi-aberto ou aberto.
- II. As penas acessórias previstas no Código Penal são a perda da função pública eletiva ou de nomeação, as interdições de direitos e a publicidade da sentença.
- III. No caso da semi-imputabilidade, a periculosidade é presumida a partir da verificação, por meio da realização de exame pericial, do estado de doença ou perturbação mental, bem como de desenvolvimento mental incompleto ou retardado do indivíduo no instante da prática do fato delituoso. Nesse caso, o juiz pode aplicar medida de segurança, devendo fundamentar a sua decisão demonstrando a existência da periculosidade.
- IV. O trabalho do preso será remunerado, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo, estando sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

73. Alfa adquiriu de Beta uma casa em fase de acabamento, em área de interesse ambiental denominada *non aedificandi*, tendo finalizado a construção. É certo afirmar:

- I. Havendo prévia composição do dano ambiental, é possível ser oferecida a transação penal, salvo comprovada impossibilidade de fazê-la.
- II. Não há concurso de agentes pois o crime do artigo 64 da Lei 9.605/98 (Meio Ambiente) é instantâneo de efeito permanente.
- III. Beta sabendo a impossibilidade de edificar sobre o local, responderá por dolo e, caso Alfa não tenha se valido dos meios corretos para se certificar da possibilidade de construir responderá por culpa.
- IV. Admite-se o erro sobre a ilicitude do fato, que poderá isentar ou reduzir a pena aplicável, conforme o desconhecimento tenha sido inevitável ou evitável.

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

74. É certo afirmar:

- I. O crime de homicídio simples somente será considerado crime hediondo se cometido em atividade típica de grupo de extermínio, necessitando para tanto, a pluralidade de agentes delituosos.
- II. Incide nas penas do crime de omissão de socorro no trânsito, mesmo que a omissão do condutor do veículo tenha sido suprida por terceiros ou que se trate de vítima com morte instantânea ou com ferimentos leves.
- III. O crime de supressão de tributo mediante a omissão de informação à autoridade fazendária, terá a pretensão punitiva do Estado suspensa, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente do crime estiver incluída no REFIS, ocorrendo a extinção da punibilidade quando do adimplemento total do débito.
- IV. O crime de prescrição ou ministração de drogas a paciente não admite a forma culposa, afinal, as drogas não são lícitas no ordenamento jurídico pátrio e o desconhecimento da lei não pode ser argüido em defesa própria.

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.

75. É certo afirmar:

- I. Por ser norma especial, não se aplicam aos delitos tipificados na Lei de Imprensa as causas interruptivas da prescrição previstas no Código Penal.
- II. O roubo consuma-se, apenas, quando se estabelece uma nova relação de posse com a res, não bastando o mero desapossamento.
- III. O saque indevido de valores das contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelo seu titular, se constitui em estelionato contra o ente público, administrador desse fundo.
- IV. O crime de seqüestro e cárcere privado é crime permanente e admite a tentativa que se apresenta quando o agente tenha praticado atos de execução, sem chegar à restrição da liberdade da vítima.

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

76. Quanto às súmulas do STF e STJ é correto afirmar que:

- a) É entendimento sumulado no STF que a renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- b) Entende o STJ que nos crimes de responsabilidade do funcionário público, é desnecessária a resposta preliminar do acusado quando a ação penal estiver instruída por inquérito policial.
- c) Compete à justiça militar processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade quando praticado em serviço.
- d) De acordo com entendimento sumulado do STF, não se admite a progressão de regime de cumprimento de pena ou de aplicação imediata de regime menos severo nela determinado, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

77. Assinale a alternativa correta

- a) Prevê a Lei 11.340/2006 que, em casos de crimes de violência doméstica contra a mulher, nas comarcas em que não haja juizados de violência doméstica e familiar, dependendo da gravidade da situação, deverá o juiz criminal remeter os autos ao juízo civil competente, para que este determine a separação de corpos do casal.
- b) Dispõe o CPP que no processo por crime de calúnia, difamação e injúria, para o qual não haja outra forma estabelecida em lei especial, quando for oferecida a exceção da verdade, o querelante poderá contestá-la no prazo de 5 (cinco) dias, podendo ser inquiridas as testemunhas arroladas na queixa, ou outras indicadas naquele prazo, em substituição às primeiras, ou para completar o máximo legal.
- c) Dispõe o CPP que nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- d) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.

78. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o ECA, estando o adolescente internado provisoriamente, o prazo máximo e prorrogável para a conclusão do procedimento para aplicação de medida sócio-educativa, será de 45 (quarenta e cinco) dias.
- b) Quando o juiz criminal, ao proferir a sentença condenatória, verificar que o ofendido sofreu prejuízos com a infração, deverá remeter os autos ao juízo civil para que este fixe um valor mínimo a título de reparação dos prejuízos sofridos pelo ofendido
- c) Quanto ao procedimento do júri, na audiência de instrução, proceder-se-á ao interrogatório do acusado, à tomada de declarações do ofendido, se possível, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, procedendo-se, em seguida, aos debates.
- d) Determina a lei 11343/2006, que a autoridade de polícia judiciária poderá, comprovado o interesse público e independentemente de autorização judicial, fazer uso de veículos, embarcações, aeronaves ou quaisquer outros meios de transporte, bem como de maquinário, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza que tenham sido apreendidos por serem utilizados para a prática de crimes definidos nesta Lei de drogas.

79. Assinale a alternativa correta:

- a) Nos pedidos de restituição de bens apreendidos, quando houver dúvidas sobre quem seja o verdadeiro dono do bem, o juiz remeterá as partes para o juízo civil para que este decida.
- b) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida pelo CPC. Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, o juiz deverá determinar sua citação por edital.
- c) Antes de iniciado o depoimento, as partes poderão contraditar a testemunha. O juiz fará consignar a contradita, após ouvir o Ministério Público mas só excluirá ou não lhe deferirá compromisso nos casos previsto em Lei.
- d) Dispõe o código de processo penal que não será concedida fiança aos acusados pela prática de crimes dolosos, punidos com pena privativa de liberdade, quando já tiverem sido condenados por outro crime doloso ou culposo, em sentença transitada em julgado.

80. Assinale a alternativa correta:

- a) É obrigatória a remessa ao Supremo Tribunal Federal de agravo interposto contra decisão que negou seguimento a Recurso Extraordinário, salvo se fundada tal negativa na intempestividade do próprio Recurso Extraordinário.
- b) Na ação penal de iniciativa pública condicionada à representação, a retratação do ofendido ou do seu representante legal somente é admitida até o recebimento da denúncia.
- c) São princípios dos Juizados Especiais Criminais a oralidade, a informalidade, a celeridade e a economia processual.
- d) O despacho que determinar a suspensão do processo em virtude de questão prejudicial é irrecurível.

81. Assinale a alternativa correta:

- a) Procedida a intimação da Defesa da expedição de carta precatória criminal, a falta de sua intimação acerca da data aprazada para a audiência no Juízo Deprecado se constitui apenas em nulidade relativa, que requer, para sua decretação, a efetiva demonstração de prejuízo.
- b) Como regra geral, a competência criminal é determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que praticado o último ato executório; se o lugar da infração for desconhecido, a competência é do Juízo do domicílio ou residência do réu; todavia, se o paradeiro do réu for também ignorado, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.
- c) Caberá a medida assecuratória de seqüestro dos bens móveis do indiciado sempre que consistirem em produto do crime, ainda que tenham sido transferidas para terceiros.
- d) A restituição das coisas apreendidas poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante; se duvidoso o direito, o pedido de restituição autuar-se-á em apartado, devendo o requerente produzir prova em cinco dias, decidindo o juiz criminal, em seguida, o incidente; se a dúvida residir acerca de quem seja o verdadeiro dono da coisa cuja restituição é pretendida, deverá o juiz, em relação a esta, decretar seu perdimento em favor da União.

82. Assinale a alternativa correta:

- a) É absolutamente irretratável a representação oferecida pelo ofendido manifestando interesse na deflagração da persecução criminal em decorrência da prática de crime cuja ação penal é iniciativa pública condicionada.
- b) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, produzindo efeitos inclusive em relação ao querelado que o recusar.
- c) A arguição de coisa julgada precederá qualquer outra.
- d) O Incidente de Insanidade Mental poderá ser instaurado ainda na fase do inquérito policial; uma vez determinada a realização do exame, deverá o Juiz nomear curador ao acusado e suspender o processo, se já iniciada a ação penal, podendo ainda determinar a realização de diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.

83. Assinale a alternativa correta:

- a) A não inclusão no questionário, por ocasião do julgamento pelo Tribunal do Júri, de quesito obrigatório, ainda que sem impugnação das partes, se constitui em causa de nulidade absoluta, passível de saneamento, inclusive, mediante a concessão de habeas corpus de ofício.
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória e sobrevindo lei posterior mais benéfica, a adequação da reprimenda sofrida pelo sentenciado é de ser efetuada através de revisão criminal, cuja competência para o processo e julgamento nos Estados é do respectivo Tribunal de Justiça.
- c) É cabível a interposição de Recurso Especial contra a decisão de turma recursal de Juizados Especiais Criminais que violar expressa disposição de lei infraconstitucional.
- d) Possui o assistente do Ministério Público legitimidade para interpor recurso extraordinário na ação penal, inclusive no que tange à impugnação de decisão concessiva de habeas corpus.

84. Assinale a alternativa correta:

- a) Em se tratando de crimes militares, é sempre pública a iniciativa da ação penal, podendo esta, no entanto, ser incondicionada ou condicionada ao oferecimento de representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça.
- b) É de competência da Justiça Comum Federal o processo e julgamento das contravenções penais perpetradas em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- c) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso em sentido estrito perante o Juízo de Direito competente para eventual conhecimento da ação penal respectiva.
- d) Em se tratando de crime contra a honra de funcionário público no exercício de suas funções, é concorrente para a propositura da ação penal a legitimidade do Ministério Público, mediante representação do ofendido, e deste diretamente, através do oferecimento de queixa, podendo, assim, a ação penal iniciar-se tanto por iniciativa privada, como pública condicionada à representação.

85. Assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de arquivamento judicial do inquérito policial a requerimento do Ministério Público por falta de base para a denúncia, é incabível o posterior ajuizamento pelo ofendido de ação penal de iniciativa privada subsidiária.
- b) É requisito da sentença penal condenatória, em qualquer hipótese, o relatório do processo, sob pena de nulidade.
- c) Constitui flagrante preparado e, por conseguinte, crime impossível, a situação na qual agente policial aborde suspeito, solicitando a este a venda de droga, no que é prontamente atendido, posto trazer consigo o traficante, na oportunidade, significativa quantidade de estupefaciente destinado à comercialização, pelo que recebe incontinenti voz de prisão.
- d) Dissentindo o Magistrado da recusa do órgão do Ministério Público em ofertar proposta de suspensão condicional do processo ao réu, poderá aquele ofertá-la de ofício, posto se constituir tal benefício em direito subjetivo do acusado.

86. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta:

- a) A modificação de entrância da Comarca importará em promoção automática do juiz que nela exerce a função jurisdicional.
- b) Considera-se válida a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público por órgão fracionário do Tribunal de Justiça, se precedida de anterior reconhecimento pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.
- c) Escolhido o Presidente do Tribunal de Justiça por votação secreta, este poderá recusar o cargo, desde que o faça logo após o resultado do pleito que o elegeu.
- d) A diplomação e a posse do denunciado pela suposta prática de crime doloso contra a vida no cargo de Prefeito Municipal e no curso do processo penal, não altera a competência originária do Tribunal do Júri, constitucionalmente estabelecida.

87. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção **INCORRETA**:

- a) O Tribunal de Justiça do Maranhão poderá, por meio de resolução aprovada pela maioria absoluta de seus membros, alterar a denominação e a competência de varas, com a conseqüente redistribuição dos feitos.
- b) Em cada Município funcionará um Tribunal do Júri, com a composição e organização determinadas pelo Código de Processo Penal, assegurado o sigilo das votações, a plenitude da defesa e a soberania dos veredictos.
- c) As atividades dos juízes leigos e conciliadores são consideradas como de serviço público relevante, não importando em vínculo estatutário ou trabalhista com o Poder Judiciário, podendo ser atribuídos aos mesmos jetons por serviços prestados, considerado o exercício das referidas atividades como título para provimento de cargos de órgãos do Poder Judiciário e dos órgãos que exerçam funções essenciais à Justiça.
- d) Os membros efetivos do Tribunal de Justiça do Maranhão que tiverem exercido quaisquer cargos de direção por 04 (quatro) anos, ou o de Presidente, não figurarão mais entre os elegíveis aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça, até que se esgotem todos os nomes na ordem de antigüidade.

88. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta:

- a) Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Tribunal de Justiça do Maranhão e o seu Regimento Interno, poderá haver, em qualquer entrância, remoção de remoção.
- b) Para efeitos de promoção dos juízes, havendo empate na antiguidade, o tempo será sempre contado da data da posse, considerando-se como critério de desempate, em primeiro lugar, a classificação no concurso.
- c) Na promoção dos magistrados, havendo operosidade negativa em relação às peculiaridades da vara, o juiz, ao se inscrever para promoção, remoção ou permuta, deverá apresentar justificativa sobre a questão, que será distribuída a todos os desembargadores.
- d) Não poderão requerer permuta os juízes mais antigos de cada entrância, ainda que sem perspectiva de abertura de vaga para promoção por antiguidade na entrância imediatamente superior, nos próximos seis meses.

89. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta:

- a) O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta de seus membros, poderá exonerar o Juiz de Direito Substituto que revelar escassa capacidade de trabalho ou personalidade incompatível com os encargos, deveres e responsabilidade da Magistratura, assegurada a ampla defesa.
- b) O Magistrado que estiver em gozo de férias e for promovido, não tomará posse, senão quando retornar à função jurisdicional ou interromper as suas férias.
- c) As unidades jurisdicionais dos Juizados Especiais serão criadas por Resolução, condicionadas a instalação à criação dos respectivos cargos de juiz titular.
- d) O juiz de direito deverá residir na sede da comarca, sendo-lhe vedado residir noutro local, ainda que autorizado pelo órgão disciplinar a que estiver subordinado.

90. Aos Magistrados **NÃO É VEDADO**:

- a) Emitir juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças de órgãos judiciais.
- b) Exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo associação de classe, e sem remuneração.
- c) Manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem.
- d) Emitir crítica sobre votos ou sentenças de órgãos judiciais, em julgamento ou em autos e em obras técnicas ou, ainda, no exercício do magistério.

91. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta:

- a) Nas comarcas onde só houver duas varas, os serviços de avaliação, de contadoria e de depositário serão exercidos pelos oficiais de justiça.
- b) A conclusão de curso de ensino médio constitui requisito para o ingresso no cargo de oficial de justiça.
- c) O depositário pode se recusar a receber depósito de gêneros deteriorados ou de substâncias tóxicas ou corrosivas.
- d) Aos oficiais de justiça é vedada a concessão de gratificação em razão de produtividade.

92. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção **INCORRETA**:

- a) A disponibilidade assegura aos Magistrados a percepção de vantagens inerentes ao efetivo exercício da função jurisdicional.
- b) A Justiça Militar Estadual será exercida pelo Tribunal de Justiça, em segundo grau de jurisdição.
- c) Das decisões originárias do Corregedor da Justiça, salvo disposição em contrário, cabe recurso para o Tribunal de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir do conhecimento da decisão pelo interessado.
- d) Os Magistrados serão remunerados exclusivamente por subsídios em parcela única. Poderão, no entanto, além dos vencimentos, perceber ajuda de custo para despesas de transporte e mudança.

93. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta:

- a) Os juízes não vitalícios serão postos em disponibilidade disciplinar quando, reiteradamente, negligenciarem no cumprimento dos deveres inerentes ao seu cargo.
- b) Os membros do Tribunal de Justiça perderão o título de desembargador quando da aposentadoria.
- c) Compete ao Plenário do Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança, quando a autoridade coatora for juiz de direito em matéria cível.
- d) No que concerne ao registro civil das pessoas naturais, haverá, no período noturno e aos sábados, domingos e feriados, um sistema de plantão para o registro, que funcionará de acordo com provimento da Corregedoria Geral da Justiça.

94. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção **INCORRETA**:

- a) Entre as penas disciplinares aplicadas aos servidores do Poder Judiciário figura a repreensão, aplicada verbalmente, em caso de falta de cumprimento dos deveres previstos no Código de Divisão e Organização Judiciárias.
- b) A prescrição das faltas disciplinares sujeitas à demissão, praticadas pelos servidores públicos do Poder Judiciário, ocorre em 04 (quatro) anos.
- c) As comarcas dividem-se em três entrâncias no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão: inicial, intermediária e final.
- d) Os servidores públicos do Poder Judiciário nomeados em comissão ou em exercício de função gratificada que sofrerem pena de suspensão superior a trinta dias serão demitidos de seu cargo ou destituídos de sua função.

95. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta:

- a) A competência e a denominação das varas, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, somente pode ser feita por meio de lei, de sua iniciativa.
- b) A criação de novas comarcas depende da existência mínima de vinte mil habitantes e cinco mil eleitores no termo judiciário que servirá de sede e de audiência prévia da Corregedoria Geral da Justiça.
- c) Durante o exercício do cargo, o Corregedor Geral da Justiça ficará afastado de todas as suas funções judicantes.
- d) É facultada a utilização do selo de fiscalização nas certidões e alvarás expedidos pelos serviços auxiliares da Justiça.

96. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As comarcas, que poderão ser constituídas por mais de um termo judiciário, terão a denominação que lhe servir de sede, estando distribuídas e classificadas em três entrâncias.
- b) O território do Estado do Maranhão, para efeitos de administração da Justiça, divide-se em comarcas, termos judiciários e zonas judiciárias.
- c) Cada Município corresponde a um termo judiciário, cuja denominação será a mesma daquele.
- d) As zonas judiciárias, numeradas ordinalmente, são constituídas de quatro termos judiciários e destinadas à lotação dos juízes de direito de primeira entrância.

97. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Aos juízes de direito substitutos compete realizar, por designação do Tribunal de Justiça, ou da Corregedoria, quando não estiver no exercício de substituição, trabalhos de correição, como também presidir inquéritos ou sindicâncias.
- b) Em cada Município funcionará, pelo menos um Tribunal do Júri, para julgamento dos crimes dolosos contra a vida, com a composição e organização definidas pela legislação processual.
- c) Os juízes de direito auxiliares possuem, dentre outras, as atribuições de proceder a correições, sindicâncias e inquéritos administrativos.
- d) A modificação de entrância da Comarca importa na promoção automática dos juízes de direito ou, quando inviável, em sua disponibilidade, procedendo-se, contudo, em ambas as situações, ao ajuste remuneratório.

98. Compete ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão processar e julgar originariamente:

- a) O *habeas-data* e o mandado de segurança contra atos do governador do Estado, da Mesa da Assembleia Legislativa, dos Tribunais de Contas do Estado e do Municípios, dos Procuradores Gerais, dos Secretários de Estado, do próprio Tribunal, do seu Presidente e de suas Câmaras, do Presidente destas, do Corregedor Geral da Justiça e de Desembargador.
- b) Os conflitos de jurisdição entre magistrados de entrância, inclusive os da Justiça Militar e os Juízes Federais com atuação no Estado.
- c) Os juízes de direito, nos crimes comuns e de responsabilidade, inclusive quando o fato decorrer do exercício de função perante a Justiça Eleitoral.
- d) A representação do Procurador Geral da Justiça que tenha por objeto a intervenção no Estado e em Município.

99. É o órgão responsável pela fiscalização, disciplina e orientação administrativa, com jurisdição em todo o Estado e sede na Capital:

- a) Coordenadoria de Controle Interno.
- b) Controladoria Geral do Estado.
- c) Corregedoria Geral da Justiça.
- d) Plenário do Tribunal de Justiça.

100. Acerca da movimentação da carreira da magistratura, é **INCORRETO** dizer:

- a) A movimentação na carreira poderá ocorrer mediante remoção, permuta e promoção, essa última alternada pelos critérios de antigüidade e merecimento.
- b) Na magistratura de entrância, antes do provimento inicial ou das promoções por antigüidade e por merecimento, será facultada a remoção.
- c) No caso de promoção por antigüidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a escolha.
- d) Na promoção por merecimento, o Tribunal considerará as qualidades dos candidatos, em especial a integridade moral, cultura jurídica, presteza e segurança no exercício da jurisdição, conduta na vida pública e particular, freqüência e aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento, sendo, ainda, obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista que considere tal critério.